Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS
Ata da 123ª Reunião Ordinária da CT-OL - 21/08/2026 - 9h00
Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
BRK Ambiental Limeira	Marina Bosso Ferreira (T)
CATI	Antônio Lopes Júnior (T)
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
	Ana Paula Maria Regra (S)
	Cláudia Debroi de Campos (S)
Dedini S/A	Igor Alessandro Serra (T)
Elogi Soluções Ambientais	Luiz Fernando Nespeque Furtado (T)
	Guilherme Augusto Schardong Morete (S)
GEOBLUE	Liandra Leite (S)
INEVAT	Cecília de Barros Aranha (T)
P.M. de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)
	Thais Regina Vicente (S)
P.M de Indaiatuba	Victoria Bortolucci (T)
	Adriano Prochowski (S)
	Alex Augusto de Abreu Bovo (S)
	Ivan Perez Aninger (S)
P.M de Itatiba	Lucas Marino Vivot (T)
P.M de Itupeva	Jaqueline Salvador Leite (T)
	Cássio Luiz Aparecido da Silva (S)
P.M de Jundiaí	Cláudia Debroi de Campos (T)
P.M de Rio Claro	Amanda Viana Galanti (S)
P.M de Salto	Bianca Piratello Camargo (S)
P.M de Valinhos	Theophilo Olyntho de Arruda Neto (T)
	Marina Boralli (S)
Química Amparo Ltda	Karla Torres Nascimento (S)
SAA	Antônio Lopes Júnior (T)
SAAE Atibaia	Tiago Gomes (S)
SABESP	Pedro Cardoso Franco de Camargo (T)
SANASA	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (T)
	Márcio Tonelotti (S)
	Thais Regina Vicente (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (T)
SEMIL	Nilceia Franchi (T)
SP Águas	Ariana Rosa Bueno Damiano (T)

Membros ausentes
AEAP
DAAE – Rio Claro
DAE Americana
DAEV
Edisonda
P.M. de Analândia
P.M de Limeira
P.M. de Campo Limpo Paulista
SINDAREIA

Demais presentes	
Comitês PCJ	Denis Herisson da Silva
DAE Jundiaí (JVPCJ)	Letícia Sanduvetti Calderan
Fundação Agência PCJ	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
	Tainá Lima
GAEMA	Rodrigo Sanches Garcia
Munícipe de Jundiaí	Massao Okazaki
SAAE Indaiatuba	Fábio Giardini Pedro
SANASA	Adriana Isenburg
	Victor Rodrigues

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos vinte e um dia de agosto de 2026, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, a 123ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 14 de agosto 2026. **2. Abertura da 123ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL):** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Claudia Debroi, representante da DAE Jundiaí e Prefeitura Municipal de Jundiai (P.M de Jundiaí) e coordenadora-adjunta da CT-OL. Em seguida, a Sra. Claudia agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. **3. Eleição de novo(a) coordenador(a) da CT-OL:** O Sr. Denis Herisson da Silva, Secretário-executivo do CBHPCJ e do PCJ FEDERAL, informou que, em junho/2026, os Comitês PCJ receberam um comunicado via e-mail da Diretoria Regional da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) solicitando o desligamento da Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano da CT-OL, em razão do processo de reestruturação da instituição. Relatou que, diante da importância da participação da SP Águas na CT, encaminhou um e-mail ao Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Superintendente de Segurança Hídrica da SP Águas, solicitando a

possibilidade de manutenção de representação da instituição na CT-OL, bem como a adoção das providências necessárias para eventual indicação de novo representante. Registrou, em nome da Diretoria Colegiada, agradecimento à Sra. Ariana pela atuação e dedicação aos Comitês PCJ, tanto no exercício da coordenação quanto ao longo de sua participação nas atividades dos Comitês PCJ, destacando sua contribuição e disponibilidade no apoio aos trabalhos desenvolvidos**.** Nesse sentido, a Sra. Claudia explicou que em razão do desligamento da Sra. Ariana da coordenação, seria necessária a realização de nova eleição para a função de coordenação da CT. Esclareceu que compete à coordenação representar a CT junto aos plenários, coordenar suas atividades, acompanhar a execução do plano de ação e promover a articulação com as demais CTs. Em seguida, abriu espaço para manifestação dos interessados em assumir a coordenação da CT-OL. Diante disso, colocou seu nome à disposição para exercer a função de coordenadora. Na oportunidade, a Sra. Cecília de Barros Aranha, representante do Instituto de Estudos do Vale do Tietê (INEVAT) manifestou interesse em atuar como coordenadora-adjunta. Não havendo outras manifestações, foram eleitas por unanimidade a composição da coordenação da CT-OL, ficando a Sra. Claudia como coordenadora e a Sra. Cecília como coordenadora-adjunta. **4. Eleição de novo(a) coordenador(a) do GT-Enquadramento:** A Sra. Claudia explicou que a vacância do cargo ocorreu em razão da impossibilidade de continuidade da Sra. Ariana na função. Em seguida, a Sra. Claudia solicitou manifestações para a coordenação do Grupo de Trabalho de Enquadramento dos Corpos D'água (GT-Enquadramento), assim, foi sugerido o nome da Sra. Nilceia Franchi, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) para assumir a função, considerando sua experiência e conhecimento técnico relacionados aos trabalhos desenvolvidos no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH). Em seguida, a Sra. Claudia consultou os membros quanto à outras indicações. Não havendo outras indicações, colocou em apreciação o nome da Sra. Nilceia Franchi, que foi aprovada pelos membros presentes para assumir a coordenação do GT-Enquadramento. **5. Aprovação da minuta de ata da 122ª Reunião ordinária da CT-OL, realizada em 19/06/2026, por videoconferência:** A Sra. Claudia informou que a minuta da ata da 122ª Reunião ordinária da CT-OL, realizada em 19/06/2026, por videoconferência, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo solicitações, colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade. **6. Aprovação de novo Membro:** Em conformidade com o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela **Deliberação dos Comitês PCJ no 362/21 de 30/03/2021**, entidades podem se tornar membros das Câmaras Técnicas a qualquer momento, desde que sua entrada seja analisada e aprovada pelos membros da CT, caso a solicitação ocorra fora do período de renovação. Em seguida, a Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), informou que a SE/PCJ recebeu um ofício do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 07/07/26, solicitando o ingresso na CT-OL e indicando a Sra. Cecília de Barros Aranha para representante titular. Nesse sentido, a Sra. Claudia submeteu aos membros a inclusão da entidade para aprovação, sendo aprovado por unanimidade. **7. Monitoramento do Ribeirão Anhumas em Campinas/Paulínia:** O Dr. Rodrigo Sanches Garcia, representante do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), apresentou informações sobre a iniciativa desenvolvida em parceria entre o Ministério Público, a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da água do Ribeirão Anhumas, atualmente classificado como Classe 4, visando alcançar a Classe 3 e, futuramente, possibilitar ao Comitê de Bacia a discussão quanto ao seu reenquadramento. Esclareceu que o Ministério Público não possui competência para solicitar diretamente o reenquadramento do corpo hídrico, cabendo à sua atuação promover a articulação entre os entes envolvidos, de modo a contribuir para a implementação de melhorias e o adequado monitoramento da qualidade da água. Ressaltou que os dados técnicos obtidos a partir desse trabalho poderão subsidiar, futuramente, as discussões do Comitê de Bacia acerca do reenquadramento. Destacou que o trabalho conjunto já

possibilitou a coleta de dados qualitativos e quantitativos, ampliando os subsídios para a discussão técnica e permitindo o avanço em relação ao estágio inicial apresentado no ano anterior. Informou, ainda, que, paralelamente ao monitoramento realizado pela SANASA, está sendo desenvolvido trabalho conjunto com a Indústria Campineira de Sabão, que prevê a implantação de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), com o objetivo de integrar o sistema público. Esclareceu que a apresentação do tema à CT-OL teve como objetivo informar os membros sobre o andamento do trabalho conjunto, compartilhar os resultados obtidos e receber contribuições para o seu desenvolvimento. Informou que a expectativa é de que, no prazo aproximado de um ano, os dados obtidos permitam avançar de forma mais concreta nas discussões relacionadas ao reenquadramento do Ribeirão Anhumas. Em seguida, a Sra. Adriana Isenburg, representante da SANASA, apresentou o andamento do Programa de Despoluição de Córregos, com destaque para as ações desenvolvidas na bacia do Ribeirão Anhumas. Informou que, em junho/2025, foi criado um GT para desenvolver ações necessárias ao avanço do programa no município de Campinas. Relatou que, a partir da Portaria PAA nº 1097.18.2025, encaminhada pelo GAEMA, com o objetivo de acompanhar as ações necessárias ao reenquadramento do ribeirão Anhumas da classe 4 para a classe 3, a bacia foi priorizada nos trabalhos. Destacou que o Ribeirão Anhumas recebe contribuições de diferentes afluentes da região central de Campinas e deságua no rio Atibaia, sendo objeto de preocupação em razão das condições de qualidade da água. Informou que a SANASA vem realizando monitoramentos periódicos em pontos estratégicos da bacia, abrangendo afluentes e trechos do Ribeirão Anhumas a montante e a jusante das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) Anhumas e Barão Geraldo. Esclareceu que, para a avaliação dos afluentes, foram considerados os limites correspondentes à classe 2 e, para o Ribeirão Anhumas, os parâmetros de referência da classe 3, tendo em vista o objetivo de reenquadramento do corpo hídrico. Apresentou os resultados do monitoramento do Índice de Qualidade da Água (IQA), da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), do nitrogênio amoniacal, do fósforo total, do oxigênio dissolvido, da turbidez e de Escherichia coli (E.coli). Destacou a ocorrência de piora da qualidade da água em determinados trechos, especialmente nas proximidades do Ribeirão Anhumas, com cargas elevadas de DBO, nitrogênio amoniacal, fósforo e E.coli, reforçando a necessidade de identificação das fontes de contribuição e de adoção de medidas de despoluição ao longo da bacia. Na sequência, apresentou as intervenções previstas na Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR) Anhumas, que está passando por um processo de retrofit. Informou que a unidade terá capacidade para tratar vazão média de 1.115 L/s, utilizando tecnologia NEREDA, seguida de membranas de ultrafiltração, com foco na remoção de nitrogênio e fósforo. Relatou que as obras contemplam a desativação, reforma e implantação de unidades do sistema de tratamento, incluindo os tanques NEREDA, o sistema de membranas, o tratamento preliminar e a casa de bombas. Informou que as obras estavam em execução, com previsão de conclusão até dezembro/2026. Apresentou registros fotográficos do andamento dos serviços, incluindo a implantação dos tanques, sistema de filtração, prédio de membranas e demais equipamentos. Ressaltou que a entrada em operação da EPAR depende da ampliação da capacidade de fornecimento de energia elétrica, constituindo um possível gargalo para a conclusão e operação da unidade, em razão do elevado consumo energético dos sistemas de membranas e da tecnologia NEREDA. Apresentou o diagnóstico da bacia do Ribeirão Anhumas, ressaltando que as ações não se restringem à ampliação do tratamento de esgoto. Informou que foi realizado levantamento dos núcleos urbanos e bairros, situação de regularização fundiária, estimativa de domicílios, titularidade, área, infraestrutura existente de água, esgoto, energia e pavimentação, dados de aprovação, registros imobiliários, categorias e códigos de consumidores. Foram identificados 1.765 domicílios sem esgotamento sanitário e que a bacia foi segmentada nas regiões de Barão Geraldo, Parque São Quirino e Parque Brasília/Jardim São Fernando, para avaliação das condições de atendimento. Informou a existência de núcleos urbanos com dificuldades para implantação de redes convencionais de esgotamento sanitário, em razão das características de ocupação e das condições locais. Comentou que estão sendo avaliadas soluções específicas e não convencionais para a interligação de efluentes de alguns núcleos e domicílios ao sistema de

esgotamento existente, considerando aspectos relacionados à implantação e à manutenção dessas estruturas. Informou que estão sendo estudadas possíveis unidades de tratamento em córregos como alternativa para situações específicas, inclusive com avaliação de solução para aproximadamente 900 domicílios. Ressaltou que o conjunto de ações busca enfrentar os problemas de despoluição identificados na bacia do Ribeirão Anhumas, além das intervenções previstas na EPAR Anhumas. Em seguida, os membros discutiram alternativas e experiências relacionadas ao enfrentamento dos problemas ambientais, destacando-se: **i.** a possibilidade de implantação de microssistemas de tratamento em pontos críticos do corpo d'água; **ii.** a necessidade de apoio das secretarias municipais de Meio Ambiente e Habitação para o enfrentamento de problemas ambientais em áreas de ocupação irregular; e **iii.** a utilização dos procedimentos e aprendizados do processo de reenquadramento do rio Jundiaí como referência para as ações atuais. Na sequência, a Sra. Adriana e o Dr. Rodrigo esclareceram que essa experiência é utilizada como referência, com foco na identificação de poluidores e no mapeamento dos problemas por trechos, de modo a direcionar as ações. Não havendo outras manifestações, a Sra. Claudia agradeceu as contribuições e deu prosseguimento ao próximo item da pauta. **8. Municipalização do licenciamento ambiental nos municípios das bacias PCJ: desafios, oportunidades e caminhos para uma atuação regional integrada, com destaque para a experiência de Indaiatuba no licenciamento ambiental municipalizado:** O Sr. Adriano Prochowski, representante da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, apresentou o tema "Municipalização do Licenciamento Ambiental nas Bacias do PCJ: Oportunidades e Desafios para uma Atuação Regional Integrada", abordando sua relação com os trabalhos de enquadramento e reenquadramento dos corpos hídricos. Utilizando imagem de satélite da região entre Jundiaí, Itupeva, Cabreúva, Indaiatuba e Salto, ressaltou que os recursos naturais e os impactos ambientais ultrapassam os limites municipais, citando como exemplos a contribuição de nascentes para o abastecimento de outros municípios, os efeitos da poluição difusa sobre captações de água e das emissões atmosféricas sobre localidades vizinhas. Nesse sentido, destacou a necessidade de uma visão regional da gestão ambiental, especialmente nos processos de enquadramento e reenquadramento dos corpos hídricos. Dando continuidade, abordou a municipalização do licenciamento ambiental, caracterizada pela gradual assunção pelos municípios de uma competência anteriormente exercida predominantemente pelo Estado. Informou que a Lei Complementar Federal nº 140/2011 trouxe maior clareza à divisão de competências e à cooperação entre os entes federativos, permitindo que alguns municípios passassem a realizar o licenciamento ambiental em cooperação com a Cetesb. Destacou a Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2024, que estabelece as atividades, tipologias e recursos naturais passíveis de licenciamento municipal. Como exemplo, apresentou a experiência de Indaiatuba, que aderiu à cooperação com a Cetesb em 2011 e passou por estruturação técnica, física e normativa, com desenvolvimento da equipe, aquisição de equipamentos e elaboração de legislação municipal em consonância com as normas estadual e federal. Entre os benefícios, destacou a maior proximidade do município com os empreendimentos, a celeridade na análise das licenças e a maior integração entre o licenciamento e a fiscalização, favorecida pelo conhecimento mais próximo da ocupação do território, o que também contribuiu para o fortalecimento e a agilidade dessas ações. Ressaltou a importância do rigor e da autonomia técnica na condução dos processos, especialmente diante de eventuais pressões e diferentes interesses políticos envolvidos. Quanto aos desafios da municipalização, destacou que o processo não se limita à transferência da atribuição de licenciar, exigindo estrutura física e técnica adequada, equipamentos, equipe capacitada, legislação e normativas municipais. Ademais, abordou a necessidade de articulação entre os municípios na gestão dos recursos hídricos, mencionando o Plano das Bacias PCJ 2020-2035, o reenquadramento do Rio Jundiaí e os Planos Municipais de Saneamento Básico, recursos hídricos e preservação da Mata Atlântica, ressaltando a importância da integração entre esses instrumentos. Citou o Programa Reconecta, da Região Metropolitana de Campinas, e a barragem do Ribeirão Piraí, viabilizada pela união de quatro municípios, como exemplos bem-sucedidos de atuação conjunta. Por fim, ressaltou a necessidade de integração regional por meio do compartilhamento de conhecimentos e tecnologias, capacitações conjuntas,

discussão técnica e referências comuns para fiscalização e licenciamento, citando a Agência Ambiental do Vale do Paraíba como exemplo de Consórcio Intermunicipal. Sugeriu que a Câmara Técnica atue como espaço de apoio e integração técnica entre os municípios que realizam ou estão assumindo o licenciamento municipalizado, sem assumir diretamente essa responsabilidade, favorecendo a troca de experiências e o alinhamento técnico. Após a apresentação, o Dr. Rodrigo sugeriu a realização de um workshop para apresentação de experiências de outras regiões, como a do Vale do Paraíba, especialmente quanto à formação de consórcios públicos para o licenciamento ambiental, como forma de compartilhar equipes técnicas, qualificar a atuação e otimizar os custos da gestão ambiental. Na sequência, a Sra. Claudia sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho (GT), no âmbito da CT-OL, para oferecer diretrizes e promover o nivelamento de conhecimento entre os municípios que enfrentam o desafio da municipalização do licenciamento ambiental. Esclareceu que a proposta visa facilitar a troca de experiências e contribuir para a elaboração de um roteiro que auxilie na redução das dificuldades encontradas na implantação desses processos. Em seguida, a Sra. Cecília concordou com a iniciativa e propôs que o GT tivesse caráter transitório, voltado a integrar os instrumentos de gestão de recursos hídricos ao licenciamento ambiental municipalizado. Sugeriu a denominação "Instrumentos de Recursos Hídricos no Licenciamento Ambiental Municipalizado", com o objetivo de promover a incorporação das diretrizes e metas dos Comitês PCJ, especialmente as relativas ao enquadramento dos corpos d'água, as práticas municipais e o Plano de Bacias. Ressaltou, ainda, a necessidade de abordar a poluição difusa, discutir critérios para poços de absorção e enfatizar a importância da legislação municipal de uso e ocupação do solo para a proteção dos recursos hídricos. Diante das manifestações, ficou definido que a criação desse GT será item de pauta da próxima reunião. Por fim, a Sra. Maria Carolina Hertel Dutra, representante da DAE Jundiaí, comentou sobre a municipalização do licenciamento ambiental. Relatou que, em razão de sua atuação na iniciativa privada, inicialmente considerava o processo complexo devido a possíveis conflitos de interesse, mas que os debates evidenciaram a relevância da iniciativa. Manifestou apoio à formação de consórcios intermunicipais, destacando seu potencial para qualificar a atuação técnica e favorecer uma abordagem integrada entre os municípios, citando como exemplo a experiência do Rio Jundiaí e ressaltando a articulação entre os diferentes atores como fator decisivo para os avanços obtidos. Por fim, sugeriu que, futuramente, o GT avalie a possibilidade de contemplar também as outorgas de recursos hídricos, sem prejuízo do foco inicial na interface entre os instrumentos de gestão hídrica e o licenciamento municipal. **9. Informes:** A Sra. Claudia passou para os informes. **9.1. da Coordenação:** não houve informes. **9.2. dos membros:** A Sra. Claudia consultou os membros se havia informes, mas não houve solicitação. **9.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Moura apresentou os informes da SE/PCJ: **a) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-OL e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante da seguinte entidade: i. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP): solicitando a inclusão da Sra. Denise Aparecida Dedini para representante titular; ii. Prefeitura de Campo Limpo Paulista (P.M de Campo Limpo): remoção do Sr. David Habling. Como trata-se de alterações de entidades que já fazem parte da CT-OL, é passado aos membros como informe, apenas para ciência; **c) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de

Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **d) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT-OL será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 (link) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: <custeio@agencia.baciaspcj.org.br> ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste link; **e) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** informou os próximos eventos dos Comitês PCJ, sendo: 7º Conversando sobre o Rio Jundiaí: "ele passa por aqui", organizado pela CT-OL. O evento irá ocorrer no dia 23/09/26, no Auditório Planeta Água, na sede administrativa da DAE Jundiaí, em Jundiaí/SP. As inscrições podem ser realizadas por meio do link, e mais informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ na seção "Eventos". **10. Outros assuntos**: A Sra. Claudia consultou os membros sobre outros assuntos. Em seguida, a Sra. Ariana agradeceu a oportunidade de contribuir com os trabalhos da CT-OL, destacando os aprendizados e as experiências adquiridas ao longo de sua atuação. Ressaltou a importância da continuidade dos trabalhos e desejou sucesso à nova coordenação. Colocou-se à disposição para colaborar com as atividades da CT, mesmo não integrando mais o grupo como representante. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Cláudia Debroi de Campos, Coordenadora da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Cláudia Debroi de Campos
Coordenadora da CT-OL

Cecília de Barros Aranha
Coordenadora-adjunta da CT-OL